

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**CONTRATAÇÃO DE CESSÃO DE USO ONEROSA, DE IMÓVEL DA UNIÃO COM VISTAS À OPERAÇÃO  
PARA O ENSINO E A PRÁTICA DA AVIAÇÃO CIVIL**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**BASE AÉREA DE SANTA MARIA**

(Processo Administrativo nº **67273.002447/2025-41**) **CONTRATO**  
**ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI**  
**A UNIÃO, POR INTERMÉDIO**  
..... **E**  
.....

A União, por meio da Base Aérea de Santa Maria, com sede na Rodovia RSC 287 km 232, CEP 97.105-910, Santa Maria/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.429/0184-09, sendo representada, neste ato, pelo seu Ordenador de Despesas **RITA DE CASSIA PROCHNOW Ten Cel Int, nomeado pela a PORTARIA COMPREP Nº 156/SPOG-10, de 18 de outubro de 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 195, de 25 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 3412180** doravante denominado OUTORGANTE CEDENTE, e o(a) [OUTORGADO CESSIONÁRIO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado OUTORGADO CESSIONÁRIO, neste ato representado(a) por [nome e função no OUTORGADO CESSIONÁRIO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº **67273.002447/2025-41** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Concorrência Eletrônica nº 90002/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é **CESSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO DE IMÓVEL DA UNIÃO - AEROCUBE**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CESSÃO DE USO ONEROSA DE 1.135,56 m² (PRÉDIO E-054) — PARA INSTALAÇÃO DE	4316	MÊS		R\$ XX	R\$ XX

	INSTITUIÇÃO DE ENSINO AERONÁUTICO COM A FINALIDADE DE FORMAÇÃO DE PILOTOS CIVIS					
--	---	--	--	--	--	--

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência;

1.2.1. O Edital da Licitação

1.2.2. A Proposta do OUTORGADO CESSIONÁRIO;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **05 ANOS contados da assinatura do objeto** prorrogável sucessivamente **por até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Não se caracterizando, em qualquer hipótese, direito adquirido, expectativa de direito ou prorrogação automática em favor do OUTORGADO CESSIONÁRIO, por se tratar de faculdade da Administração, condicionada à demonstração da vantajosidade da contratação, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, considerado o caráter precário, condicionado e subordinado da cessão de uso, não se configurando, em qualquer hipótese, direito adquirido, expectativa de direito ou prorrogação automática.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do OUTORGADO CESSIONÁRIO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o OUTORGADO CESSIONÁRIO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O OUTORGADO CESSIONÁRIO declara ciência expressa de que o presente contrato não gera direito adquirido, expectativa de direito ou prerrogativa subjetiva à prorrogação contratual, ainda que tenha cumprido integralmente as obrigações assumidas ou realizado investimentos de qualquer natureza vinculados à execução do objeto.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, específico, precedido de justificativa técnica e administrativa formalmente motivada.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o OUTORGADO CESSIONÁRIO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. A extinção antecipada do contrato, por motivo de interesse público, conveniência administrativa, segurança institucional ou nas demais hipóteses previstas neste instrumento, não ensejará qualquer direito à indenização, compensação financeira, reembolso ou lucros cessantes, ressalvado exclusivamente o pagamento por eventuais obrigações regularmente executadas e comprovadas até a data da extinção.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência, não será admitida subcontratação do objeto.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ [...]

### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O valor acima mencionado deverá ser recolhido diretamente à União em parcelas mensais e sucessivas vencíveis no último dia útil de cada mês pelo valor proporcional, sendo que o vencimento da primeira parcela ocorrerá no último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do contrato ou do aditivo contratual.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. O valor anual convencionado, a título de retribuição pelo uso do imóvel, será corrigido a cada 12 (doze) meses, utilizando-se a variação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou índice que vier a substituí-lo, e poderá ser revisto a qualquer tempo, desde que comprovada a existência de fatores supervenientes que alterem o equilíbrio econômico do contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO OUTORGANTE CEDENTE**

8.1. São obrigações do OUTORGANTE CEDENTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo OUTORGADO CESSIONÁRIO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Realizar vistoria inicial do imóvel no momento da celebração do contrato, com lavratura de termo escrito, assinado pelo representante legal da cessionária, que registre fielmente o estado de conservação do bem e sirva de parâmetro para a apuração de responsabilidades quando da rescisão ou extinção contratual.

8.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.4. Notificar o OUTORGADO CESSIONÁRIO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo OUTORGADO CESSIONÁRIO;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao OUTORGADO CESSIONÁRIO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao OUTORGADO CESSIONÁRIO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração do OUTORGADO CESSIONÁRIO, tais como:

8.1.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo OUTORGADO CESSIONÁRIO;

8.1.9.2. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do OUTORGADO CESSIONÁRIO;

8.1.9.3. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.9.4. demandar a funcionário do OUTORGADO CESSIONÁRIO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.9.5 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do OUTORGANTE CESSIONÁRIO.

8.1.10 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo OUTORGADO CESSIONÁRIO;

8.1.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.11.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo OUTORGANTE CESSIONÁRIO no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**;

8.1.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.14 Comunicar o OUTORGADO CESSIONÁRIO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo OUTORGANTE CEDENTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.15 Realizar vistorias ou fiscalizações periódicas e/ou extraordinárias sempre que necessário para verificar o cumprimento da destinação do imóvel, a adequada conservação e manutenção das instalações, a observância das normas ambientais, a racionalidade do uso e o cumprimento dos encargos pactuados, realizando, quando couber, agendamento prévio com o OUTORGADO CESSIONÁRIO.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo OUTORGADO CESSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do OUTORGANTE CESSIONÁRIO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO OUTORGADO CESSIONÁRIO**

9. O OUTORGANTE CESSIONÁRIO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1 Permitir e facilitar a realização de vistorias e fiscalizações periódicas ou esporádicas pela Cedente, a qualquer tempo, previamente comunicadas ou não, quando a natureza da verificação assim exigir, com a finalidade de verificar o cumprimento da destinação do imóvel, das obrigações assumidas e dos encargos previstos na cessão de uso, franqueando o acesso às instalações e prestando todas as informações e documentos solicitados.

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3 Cumprir e fazer cumprir, de forma integral, contínua e irrestrita, todas as normas legais, regulamentares, técnicas e operacionais relativas à Segurança de Voo, ao controle e gerenciamento do risco da fauna, à proteção aeronáutica e à preservação da área do aeródromo, especialmente aquelas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica – Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, nos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil – RBAC, em especial o RBAC nº 164 (Gerenciamento do Risco da Fauna nos Aeródromos Públicos), nas Instruções do Comando da Aeronáutica – ICA, em especial a ICA 3-2, nas Normas do Sistema do Comando da Aeronáutica – NSCA, nos Planos de Zona de Proteção de Aeródromos – PZPA, no Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional – SGSO, bem como nas normas, atos e determinações expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, pelo Comando da Aeronáutica, pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, pelo Operador do Aeródromo – OPO e por demais órgãos competentes, e, ainda, às normas de segurança orgânica da BASM, devendo o(a) CESSIONÁRIO(A)/CONTRATADO(A) observar integralmente todas as orientações emitidas por esta, por meio do GSD ou ASSINT, mesmo que de caráter precário ou suplementar.

9.4 Responsabilizar-se por quaisquer usos ou intervenções feitas nas áreas cedidas, devendo zelar pela integridade física dos bens recebidos em cessão, obrigando-se a utilizar das normas de direito para a proteção desses bens contra a ameaça de turbulação ou esbulho

9.5 Zelar pela conservação, integridade e adequada utilização das instalações e bens que compõem o imóvel cedido, mantendo-o em condições compatível com sua finalidade, respondendo por quaisquer danos, avarias ou deteriorações causados, independentemente de culpa, devendo promover com recurso próprio, a reparação, substituição ou indenização correspondente, conforme determinação da Administração, com fundamento nos arts. 11, 92, 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

9.6 Assumir integralmente os riscos e a responsabilidade por eventuais danos ao patrimônio público ou privado, a terceiros, bem como por danos de natureza civil ou ambiental, ainda que decorrentes da ausência, insuficiência ou não contratação, por sua opção, de seguro, sem que tal circunstância implique assunção, transferência ou compartilhamento de riscos pela Administração Pública, nos termos do art. 37, § 6º, e da legislação ambiental aplicável, independentemente da existência de fiscalização ou de outras medidas administrativas.

9.7 Implantar, operar e desenvolver suas atividades de forma ambientalmente adequada, de modo a preservar a qualidade dos recursos hídricos do solo e da biodiversidade locais, em estrita observância à legislação ambiental vigente e às normas aeronáuticas aplicáveis, especialmente à Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA pertinentes, inclusive aquelas relativas ao licenciamento ambiental e ao Plano de Controle Ambiental, bem como às normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, notadamente o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil – RBAC nº 153 e as

respectivas Instruções Suplementares IS nº 153.501-001, IS nº 153.503-001 e IS nº 153.505-001, à ICA 83-1 do Comando da Aeronáutica, ao Manual de Gerenciamento de Risco de Fauna – MCA 3-8 do CENIPA, ao Guia de Boas Práticas para Elaboração de Indicadores de Segurança Operacional do BAIST, além dos padrões e recomendações da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (Anexo 16), prevenindo e evitando, em especial, o lançamento, vazamento, derramamento ou infiltração de óleos, graxas, combustíveis e quaisquer substâncias químicas, tóxicas ou potencialmente poluidoras, respondendo integralmente por quaisquer danos ambientais decorrentes de suas atividades.

9.9 Solicitar à Superintendência do Patrimônio da União a averbação em cadastro próprio e na matrícula do imóvel quando houver incorporação de benfeitorias nas áreas cedidas

9.10 Reverter o bem da União em idênticas ou melhores condições do que as recebidas, ficando as benfeitorias realizadas pelo outorgado cessionário na área cedida incorporadas aos bens da União, ao final do contrato, sem que disso decorra, em qualquer hipótese, direito à indenização, compensação, reembolso ou retenção, ainda que executadas com recursos próprios. Ressalvado que a execução de qualquer obra, construção ou benfeitoria dependerá de prévia, formal e escrita autorização da Administração

9.11 Obter autorizações, licenças ou alvarás para a implantação, funcionamento e manutenção do empreendimento, bem como suas renovações, se necessárias, devendo mantê-las em situação regular durante o período da cessão;

9.12 Confeccionar e manter no imóvel cedido, em local visível, placa de publicidade, de acordo com modelo, nos termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, ou a que vier a substituí-la;

9.11 Zelar pelo imóvel cedido, realizar sua fiscalização, conservação e guarda, bem como obedecer às normas e legislações pertinentes sob pena de indenizar, objetivamente, quaisquer danos causados provenientes das atividades desenvolvidas no imóvel objeto desta cessão, a usuários ou terceiros, inclusive eventuais danos ambientais na forma disciplinada na legislação ambiental vigente;

9.12 Permitir o livre acesso às instalações do empreendimento, de servidores da Superintendência do Patrimônio da União e de outros órgãos com jurisdição sobre a área do imóvel cedido quando devidamente identificados e em missão de fiscalização;

9.13 Tender ao disposto na Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e na Lei nº 10.098, 19 de dezembro 2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, no que tange à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

9.14 Contratar e manter vigente, durante toda a vigência da cessão de uso, seguro patrimonial com cobertura mínima contra incêndio, destinado exclusivamente à área cedida e às instalações sob sua responsabilidade, em valor compatível com o custo estimado de reposição do bem e com o grau de risco da atividade desenvolvida, conforme parâmetros definidos pela Administração, nos termos do art. 16, inciso I, da Portaria nº 1.309/GC4, de 14 de dezembro de 2004, devendo a apólice indicar a União como beneficiária e ser apresentada à fiscalização contratual sempre que solicitada.

9.15 Desenvolver o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios – PPCI, nos termos da Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, quando necessário.

9.16 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o OUTORGANTE CESSIONÁRIO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.16.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.16.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;



9.16.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do OUTORGADO CESSIONÁRIO;

9.16.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.16.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.17 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao OUTORGANTE CEDENTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.18 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.19 Paralisar, por determinação do OUTORGANTE CEDENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.20 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.21 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.22 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.23 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.24 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.25 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do OUTORGANTE CEDENTE;

9.26 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.27 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.28 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.29 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.30 Submeter previamente, por escrito, ao OUTORGANTE CEDENTE para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 9.31 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.32 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.33 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.34 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.35 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.36 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.36.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.37 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do OUTORGANTE CEDENTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.38 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo OUTORGANTE CEDENTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.39 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.40 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.41 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.42 Garantir o acesso do OUTORGANTE CEDENTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.43 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.44 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.45 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o OUTORGADO CESSIONÁRIO relatar ao OUTORGANTE CEDENTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.46 Reconhecer e cumprir que a atividade aérea civil está subordinada às atividades militares da BASM, têm prioridade, independentemente de serem regulares ou extraordinárias, não gerando essa condição qualquer direito a indenização, compensação ou reequilíbrio econômico-financeiro.



**CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo OUTORGADO CESSIONÁRIO.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do OUTORGADO CESSIONÁRIO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do OUTORGADO CESSIONÁRIO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O OUTORGADO CESSIONÁRIO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O OUTORGANTE CEDENTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o OUTORGADO CESSIONÁRIO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O OUTORGADO CESSIONÁRIO deverá prestar, no prazo fixado pelo OUTORGANTE CEDENTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Fica estabelecida a Portaria GABAER Nº 898/GC4, de 24 de janeiro de 2025 e 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, anexas a este Edital, como parâmetro para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula

editância ou obrigação contratual, por parte do OUTORGADO CESSIONÁRIO, em contratações realizadas com base na Lei.

12.2. Caracteriza infração administrativa de natureza GRAVÍSSIMA, para fins de aplicação das sanções previstas neste contrato e na Portaria GABAER, o descumprimento, por ação ou omissão, de normas de segurança de qualquer natureza, especialmente aquelas relacionadas à segurança de voo, à segurança operacional, ao controle e gerenciamento do risco da fauna, à proteção da área do aeródromo, à integridade das instalações aeronáuticas ou à incolumidade de pessoas e bens, por comprometer diretamente o interesse público primário.

12.3 Para fins de aplicação das sanções previstas nesta cláusula, a responsabilidade do OUTORGADO CESSIONÁRIO por danos ambientais decorrentes da execução do contrato é de natureza objetiva, nos termos do art. 225, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da legislação correlata, respondendo integral e exclusivamente pela reparação de quaisquer danos ambientais, diretos ou indiretos, independentemente da existência de culpa, não cabendo à Administração Pública qualquer forma de corresponsabilidade, solidariedade ou assunção de ônus.

12.4. Sem prejuízo das demais sanções administrativas, o cometimento de infração gravíssima relacionada a normas de segurança constitui fundamento suficiente para a rescisão unilateral imediata do contrato, por inexecução contratual grave e por motivo de interesse público relevante, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão/Extinção Contratual, independentemente de indenização ao OUTORGADO CESSIONÁRIO.

12.5. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não afasta a responsabilidade do OUTORGADO CESSIONÁRIO pela reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros, nem impede a adoção de outras medidas administrativas, civis, ambientais ou penais cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO/EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13. Considerar-se-á rescindido o presente Contrato de Cessão, retornando o imóvel à Outorgante Cedente, sem direito a qualquer indenização ao Outorgado Cessionário, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos:

13.1 Se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da destinação específica expressamente prevista nos documentos instrutórios e neste contrato, ainda que de forma temporária ou parcial, caracterizando desvio de finalidade;

13.1.1 se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;

13.1.2 se ocorrer inadimplemento dos valores devidos por um prazo superior a 90 (noventa) dias;

13.1.3 se o Outorgado Cessionário renunciar à cessão, deixar de exercer as suas atividades específicas ou se extinguir;

13.2 Se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel para seu uso próprio, não assistindo ao Outorgado Cessionário qualquer direito à indenização por benfeitorias, ainda que de cuja realização a União tenha tido prévio conhecimento ou autorização;

13.3 Se permitir ou tolerar a invasão ou ocupação indevida do imóvel objeto do presente Contrato.

13.4 Nos casos de efetivação da rescisão ou da extinção do presente Contrato, a Outorgante Cedente realizará vistoria final do imóvel, com a finalidade de registrar o estado de conservação do bem no momento da devolução, identificar eventuais danos, alterações ou irregularidades em relação à vistoria inicial e apurar responsabilidades, com lavratura de termo circunstanciado, assegurada a ciência do Outorgado Cessionário, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas, contratuais e legais cabíveis.

13.5 Declarada a rescisão ou extinção do presente Contrato, o Outorgado Cessionário deverá promover a desocupação e a completa desmobilização da parcela do imóvel objeto da cessão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da notificação formal expedida pela Outorgante Cedente, restituindo-o livre e desembaraçado de pessoas, bens, equipamentos e quaisquer outros materiais, em conformidade com o dever de restituição do bem público e de preservação do patrimônio da União, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021. Findo o prazo sem a efetiva desocupação, fica a Outorgante Cedente autorizada a proceder à retomada administrativa do imóvel, inclusive mediante a remoção de bens e equipamentos remanescentes para depósito indicado pela Administração, correndo todas as despesas daí decorrentes exclusivamente às expensas do Outorgado Cessionário, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na cláusula décima segunda.

13.6 Toda e qualquer alteração ao presente Contrato deverá ser processada mediante celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do objeto, assim como quaisquer modificações na destinação ou utilização.

13.7 Pela UNIÃO e pelo Outorgado Cessionário foi dito que aceitavam o presente contrato, em todos os seus termos e sob o regime estabelecido, para que produza os devidos efeitos jurídicos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14. Os casos omissos serão decididos pelo OUTORGANTE CEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15. Incumbirá ao CESSIONÁRIO CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL**

16. O presente contrato deverá ser interpretado e executado à luz do interesse público, da supremacia do interesse público sobre o privado e dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, prevalecendo, em caso de dúvida quanto ao alcance ou à interpretação de suas disposições, o entendimento mais favorável à Administração Pública (*in dubio pro Administratione*).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17. E, assim, por se acharem ajustados e contratados, assinam a UNIÃO, como Outorgante Cedente, e [nome do outorgado cessionário], como Outorgado Cessionário, por meio de seus representantes, acompanhado das testemunhas abaixo assinadas e identificadas, presentes a todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento o qual é lavrado em livro próprio da Superintendência do Patrimônio da União no [UF], valendo o mesmo como escritura pública, nos termos do artigo 74, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal na Seção Judiciária de Santa Maria para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Santa Maria, Data conforme assinatura digital.

\_\_\_\_\_

Representante legal do OUTORGANTE CEDENTE

\_\_\_\_\_

Representante legal do OUTORGADO CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 01

\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 01



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO III
Data/Hora de Criação:	30/12/2025 19:21:28
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	4c06a0e83f458b9c63a71454ccccafc2
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap THIAGO DE ANDRADE ALVES DO NASCIMENTO no dia 16/01/2026 às 12:04:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento LIDIANE CORRÊA JACQUES no dia 26/01/2026 às 15:19:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RAMON AZEVEDO CORRÊA BARCELOS BRITO no dia 28/01/2026 às 14:04:19 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int RITA DE CASSIA PROCHNOW no dia 29/01/2026 às 19:53:05 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO